

Brasília, 16 de abril de 2025.

REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

No dia sete de abril, o plantão da direção da FASUBRA esteve presente na 53ª Reunião da Frente Parlamentar Mista defesa do Serviço Público, que teve por pauta a notícia da criação do GT da Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados, anunciada após reunião entre o deputado Zé Trovão (PL-SC) e o presidente da Câmara Hugo Motta, notícia preocupante, pois o projeto propõe medidas como o fim da estabilidade para novos servidores, a implementação de avaliações de desempenho punitivas possibilitando a demissão por baixo desempenho e a famigerada lei de greve. Os defensores da Reforma Administrativa têm expectativa de estar com os trabalhos finalizados e aprovação até o fim do ano de 2025. O relatório do GT deverá ser apresentado no final deste mês, com votação prevista para maio, já que este grupo de trabalho fará apenas a revisão no texto que já estava proposto. A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) consultou as entidades participantes nesta reunião se seria prudente sua participação nesse GT. Muitas entidades inclusive salientaram a importância de reforçarmos para 2026 uma campanha para eleger pessoas comprometidas com o serviço público, diferente da composição atual da Câmara, que pelas características conservadoras de seus membros torna as pautas dos trabalhadores do serviço público federal difíceis de serem aprovadas, uma vez que parte desses parlamentares são afetos ao neoliberalismo aplicado ao serviço público.

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2025 - EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS É TAMBÉM A LUTA DOS TRABALHADORES!

A 21ª edição do Acampamento Terra Livre 2025, ocorreu entre os dias 07 e 11 de abril em Brasília (DF), data também de celebração do surgimento da Articulação dos Povos Indígenas (APIB), que completa 20 anos. A FASUBRA através de representação do seu plantão esteve presente em diversas atividades do ATL, como na Marcha: “APIB Somos Todos Nós: Nosso futuro não está à venda”, e na sessão solene no plenário da Câmara dos Deputados pela 21ª edição do ATL e 20 anos da APIB, que contou com a presença de diversos parlamentares e personalidades do movimento indígena como o Cacique Raoni, entre outros.

Esses espaços devem ser fortalecidos nas discussões da classe trabalhadora, e é nosso dever nos envolvermos nas lutas travadas pelos povos indígenas, luta essa que se dá num contexto em que o avanço da extrema-direita tem provocado ataques sistemáticos aos direitos indígenas, a predação do meio ambiente e da própria condição de vida na terra, é preciso acentuar o que as lutas indígenas representam: *a resistência histórica e a luta coletiva*. Assim como os trabalhadores da base desta federação, os povos indígenas estão reivindicando orçamento, pessoal especializado, e autonomia para as políticas públicas que respeitem os povos e os territórios.

Nos espaços que acompanhamos no ATL, além das discussões da centralidade da crise climática, também esteve em pauta o ataque institucional que o movimento sofreu com a criação de uma Câmara de Conciliação no STF que não contava com a com a representação da APIB, e ao invés de declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023, o Ministro Gilmar Mendes propôs um novo anteprojeto de lei que fatidicamente sinaliza a abertura de nova negociação sobre a mineração em terras indígenas. O ATL exigiu o arquivamento de todas as propostas legislativas de caráter anti-indígena em tramitação no Congresso Nacional.

Lamentavelmente, na marcha do dia 10, os povos indígenas de todo Brasil, assim como ativistas e aliados das lutas sociais, que participavam da marcha pacífica, foram recebidos com repressão violenta por parte da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e da Polícia Militar. Vários parentes que estavam na linha de frente foram atingidos por bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta, incluindo a deputada federal Célia Xakriabá, que foi também alvo de racismo e violência política. Até quando povos indígenas e o povo trabalhador será reprimido apenas por reivindicar seus direitos e justiça social?

A direção da FASUBRA é solidária a toda a agenda dos povos indígenas pela luta pela terra e ao direito à vida e dignidade dos povos, não só no ATL, mas no irmanamento das pautas em nossas mais diversas bases pelo Brasil, fazendo ecoar todas as vozes por direitos!

DIA MUNDIAL DA SAÚDE

Neste 7 de abril, data em que se celebra o Dia Mundial da Saúde, a FASUBRA Sindical reafirma seu compromisso intransigente com a defesa da saúde como direito universal,

garantido pelo Estado e financiado exclusivamente com recursos públicos. Em meio a um cenário de desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS), a entidade destaca a importância de políticas públicas que assegurem o acesso igualitário e de qualidade à saúde para toda a população brasileira.

A FASUBRA enfatiza que o fortalecimento do SUS é essencial para a promoção de justiça social e dignidade humana, especialmente em tempos de crise sanitária e econômica. Para a Federação, qualquer tentativa de privatização ou precarização dos serviços públicos de saúde representa grave retrocesso e ameaça ao princípio constitucional que estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado.

"A saúde pública não pode ser tratada como mercadoria. É dever do poder público garantir o acesso universal, integral e gratuito à saúde, com financiamento, valorização dos profissionais e gestão transparente", afirma a direção da FASUBRA.

A entidade presta sua homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde que atuam com dedicação e compromisso em defesa da vida, enfrentando condições adversas.

A Federação conclama a sociedade a unir forças na defesa do SUS e na exigência de políticas públicas que coloquem a vida e o bem-estar da população acima de interesses econômicos.

DEMOCRACIA EM RISCO!

É preciso dizer, de forma contundente, que o que está acontecendo na Câmara dos Deputados é perseguição política que não acaba se atingido seu objetivo imediato. A tentativa de cassar o mandato do Deputado Federal Glauber Braga (PSOL– RJ) abre precedente grave no processo de construção da democracia em nosso país, pois pode atingir outros mandatos, movimentos sociais, partidos e militantes, principalmente de esquerda.

Glauber, no legítimo cumprimento de seu mandato, denunciou figuras e organizações poderosas da república. Eduardo Cunha (a quem chamou de gângster por ocasião do golpe em 2016), Sérgio Moro (a quem denominou um juiz corrompido, ou juiz ladrão em 2019), Arthur Lira (expoente do chamado "orçamento secreto") e, mais recentemente, o MBL (revelando suas ligações com movimentos nazistas). São estas as razões alegadas para sustentar a tentativa de interromper um mandato parlamentar que enfrentou e enfrenta os interesses obscuros representados por estas figuras.

A reação ao provocador que ofendeu pessoalmente a mãe enferma do Deputado Glauber Braga é completamente desproporcional, não apenas à pena proposta pelo relator e aprovada por maioria no conselho de ética e decoro parlamentar da Câmara, mas também a conclusão de outros casos envolvendo parlamentares que sequer chegam à mesma instância ou que, quando chegam, tem o destino da absolvição ou de sanções brandas. A motivação para isso não pode ser entendida de outra forma a não ser a perseguição a um determinado campo político e a atuação de quem denuncia o sequestro do orçamento expresso pelo aumento anual das fatias destinadas a emendas parlamentares. Glauber é testemunha na investigação da Polícia Federal, autorizada pelo Ministro Flávio Dino, que busca apurar a destinação destes recursos, dando-lhe transparência.

O mandato de Glauber Braga sempre esteve ao lado do povo nas mais diversas lutas da classe trabalhadora por mais direitos sociais, sendo um expoente dessas demandas no parlamento, em especial, às pautas dos servidores públicos e na defesa da qualidade dos serviços prestados à população, denunciando o sucateamento, a falta de verba em nossas instituições, e combatendo a privatização do patrimônio público.

A FASUBRA Sindical acompanhou este processo desde o início, cerrando fileiras ao lado do mandato de Glauber. Mandato que está ao lado das lutas populares que a FASUBRA tem tradição de compor com sua militância.

Neste momento decisivo da luta política brasileira, expressamos nossa solidariedade, compromisso e energia para enfrentar mais essa batalha pela democracia e justiça social.

GLAUBER FICA!

GREVE NA UnB

Na manhã desta quinta-feira (10), a FASUBRA Sindical participou de ato em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em Brasília, em apoio à greve dos técnico-administrativos em educação da Universidade de Brasília (UnB).

Dirigentes da Federação se juntaram aos trabalhadores da UnB para cobrar do governo uma solução concreta para o restabelecimento da URP.

Durante o ato, representantes da FASUBRA destacaram a importância da unidade de todos os trabalhadores da universidade em defesa desta conquista histórica. “A valorização dos técnico-administrativos em educação é essencial para o funcionamento da universidade pública. Não podemos aceitar que ainda surjam questões para a retirada deste direito, após mais de 30 anos de luta e a decisão final do STF”, afirmou a coordenadora de Administração e Finanças da FASUBRA, Márcia Abreu.

A FASUBRA reforça seu compromisso com a luta em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e inclusiva e seguirá ao lado da categoria até que haja uma solução favorável.

DECRETO 10.620/2021

A direção da FASUBRA Sindical, continua na luta pela revogação do decreto 10620/2021, e tem buscado diálogo com diversos parlamentares. Na última semana, manteve contato com os gabinetes dos senadores Fabiano Contarato (PT-ES) e Paulo Paim (PT-RS), e do Deputado Federal Jorge Solla (PT-BA). A expectativa é apoiar projetos e iniciativas destes e outros parlamentares para derrubar o decreto do governo Bolsonaro, ainda em vigor nos dias de hoje. As entidades nacionais do serviço público federal conseguiram até o momento o adiamento do cronograma previsto tendo como último ato a publicação da portaria 9358 de dezembro de 2024 que estabeleceu o fim do ano de 2025 como novo prazo.

Relembre o teor do decreto 10620/2021

Transfere as aposentadorias e pensões das autarquias para o INSS. Em 2021, a FASUBRA orientou os sindicatos filiados a procurar as reitorias para tentar uma negociação administrativa com o objetivo de impedir estas transferências e ganhar tempo. Nas instituições onde essa negociação não fosse possível que os sindicatos recorressem a ações judiciais. No âmbito nacional, foi ajuizada ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) no STF que até hoje não foi julgada. Essa alteração promovida pelo decreto é uma consequência da reforma da previdência de 2019. A ADIN alega que a emenda constitucional da reforma determinava que esse processo de centralização deveria ser feito por lei complementar e não por decreto. No início do governo atual, as entidades nacionais conseguiram uma suspensão do cronograma, mas não a revogação do decreto

PLEBISCITO

No dia 10 de abril, no auditório da Faculdade de Direito da USP, diversas entidades, movimentos sindicais, partidos e personalidades lançaram o plebiscito popular para mobilizar a população brasileira pela redução da jornada de trabalho e justiça tributária. A primeira visa acabar com a escala 6 x 1 (seis dias trabalhados por um dia de descanso) e a segunda isentar da cobrança de imposto de renda os trabalhadores que ganham até 5 mil, taxando os super ricos que recebem mais de 50 mil reais mensais.

A FASUBRA Sindical se soma a esse movimento, e **orienta suas entidades de base** a se envolverem na organização de atividades e debates sobre o tema nas instituições e nas ruas, dialogando com outras entidades locais para que o plebiscito possa ser uma ferramenta de pressão pelas pautas reivindicadas.

REUNIÃO SESU

A direção da FASUBRA Sindical participou, na manhã desta terça-feira (15), de uma reunião com o Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), prof. Marcus Vinícius David, para tratar de temas centrais referentes ao acordo de greve assinado entre a Federação e o governo. O objetivo da reunião foi reforçar o compromisso com as reivindicações da categoria e buscar apoio do MEC em pautas ainda pendentes de resolução.

Entre os principais assuntos discutidos, destacou-se a solicitação da instalação da Mesa de Negociação Permanente no âmbito do MEC, e de apoio para que a jornada de 30 horas e carga horária para profissões regulamentadas sejam efetivamente debatidas no âmbito do ministério. A medida é uma demanda histórica da categoria. Para a direção da FASUBRA a retomada dessa discussão é fundamental para a melhoria das condições de trabalho nas instituições federais de ensino.

Outro ponto de destaque foi o pedido de intermediação do Ministério da Educação (MEC) junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para garantir celeridade e resolutividade no processo negocial em curso. A direção da FASUBRA solicitou o empenho do Secretário no acompanhamento das respostas ao relatório do

Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento, encaminhado em dezembro de 2024, bem como da Nota Técnica nº 01, enviada ao MGI, em conjunto com a minuta de resolução da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC), que trata do entendimento sobre a Medida Provisória 1286/2024.

O Secretário Marcus David se comprometeu a buscar mais informações sobre os temas apresentados e avaliar de que forma poderá interceder nas tratativas junto ao MGI e demais instâncias do governo.

A representação da FASUBRA solicitou, também, ao Secretário atenção especial ao tema RSC, para que seja implantado logo, e para toda a categoria de TAE, incluindo os doutores.

Outro ponto de igual importância a ser debatido é sobre a Democratização das universidades, um ponto fundamental que compõe o termo de acordo de greve.

Foi solicitado ao Secretário empenho para que o Decreto 10.620/21, seja revogado para impedir que aposentados, pensionistas e futuras aposentadorias de servidores das autarquias e fundações sejam transferidos para o INSS.

Ao final da reunião foi solicitado ao Secretário que se sensibilizasse para que os servidores do MEC sejam incluídos no PCCTAE.

A representação da FASUBRA entregou em mãos o Ofício nº 96/2025 com as demandas acima apresentadas.

Veja o conteúdo do ofício através do link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1qnRdRyEqv0mI2zQySCel0ceBH-cS9Ax1?usp=sharing>

A FASUBRA Sindical foi representada por Márcia Abreu, Caroline Ribeiro, Elma Dutra, Rosângela Costa, Maria Thereza Silveira e Flávio Sereno.

CALENDÁRIO

ABRIL

24	Reunião de Negros e Negras da FASUBRA
25 e 26	Plenária Nacional da FASUBRA (VIRTUAL)
29	CONFERÊNCIA LIVRE NACIONAL DA FASUBRA PREPARATÓRIA PARA A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS (5ª CNSTT)

MAIO

01	Dia do Trabalhador
16 a 18	Encontro Nacional LGBTQIA+

JUNHO

06 e 07	Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora
----------------	---